



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7901

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluque Mota

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Modifica e Revoga Leis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 25/08/2009

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 104/2009. Altera o artigo 1º e acrescenta parágrafo único à Lei nº 4.114, de 15/07/2009, que dispõe sobre a criação de Centros Municipais de Ensino Infantil - CEMEI's no município de Montes Claros, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.145, de 15/09/2009).

Controle Interno – Caixa: 16.3

Posição: 48

Número de folhas: 07

Especie: PL
Categoria: Modifica
Cx: 16.3
Ordem: 48
nº fls: 05



74/2009
72
08.09.2009

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.145 de 15/09/2009

PROJETO DE LEI Nº 104/ 2009

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera o Artigo 1º e Acrescenta Parágrafo único na Lei nº 4.114, de 15 de julho de 2009, e dá Outras Providências.

Sobre criação de CEMEI's

MOVIMENTO

Entrada em 25/08/2009

Comissão Legislação e Justiça.

- 1 -
- 2 - VISTAS POR 3 DIAS EM. 01.09.2009
- 3 - A MOVADO EM REGIME DE VIGILANCIA
- 4 - CIA EM. 08.09.2009
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), 20 de agosto de 2009.

Exmo. Sr.

Vereador Athos Mameluque Mota

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 250/2009

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que ***“ALTERA O ARTIGO 1º E ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO NA LEI MUNICIPAL Nº 4.114, DE 15 DE JULHO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”***.

O presente projeto se mostra pertinente em virtude da necessidade de correção da referida Lei, visto que o CEMEI O BOM SAMARITANO já existe, fato este que gera conflito com o inciso II do artigo 1º da Lei em questão, ensejando em necessária retificação.

Em razão da urgente necessidade de correção da referida Lei, que vigora com erro de redação, solicitamos que o Projeto de Lei ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
25/08/2009	
HORA: 8h41	
ASS: 	



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

PROJETO DE LEI **104**
DE 20 DE AGOSTO DE 2009

**ALTERA O ARTIGO 1º E ACRESCENTA
PARÁGRAFO ÚNICO NA LEI MUNICIPAL Nº 4.114,
DE 15 DE JULHO DE 2009, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 1º da Lei Municipal nº 4.114, de 15 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o poder Executivo autorizado a criar, através de sua Secretaria Municipal de Educação, os seguintes Centros Municipais de Educação Infantil:

I – CEMEI PROFESSORA IDOLETA MACIEL, com sede à Rua Dezenove, nº 05, Bairro Santo Antônio, Município de Montes Claros-MG;

II – CEMEI PROFESSORA ANA LÚCIA MOTA, com sede à Rua Lagoa Comprida, nº 38, Bairro Monte Carmelo, Município de Montes Claros – MG”.

Art. 2º - O art. 1º da Lei a que se refere o artigo anterior, passa a vigorar com acréscimo do parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo Único – Fica o poder Executivo autorizado a municipalizar, através de sua Secretaria Municipal de Educação, o Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI O BOM SAMARITANO, com sede à Rua Aluizio de Quadros, nº 86, Bairro Santa Lúcia, Município de Montes Claros – MG”.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros - MG, 20 de agosto de 2009


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal

Ass. com 7527
25/8/2009
72

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 25 DE AGOSTO DE 2009

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
CÂMARA
EM 08 DE SETEMBRO DE 2009
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 08 DE SETEMBRO DE 2009
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

LEI Nº 4.114, DE 17 DE JULHO DE 2009

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através de sua Secretaria Municipal de Educação, os seguintes Centros Municipais de Educação Infantil:

I – CEMEI PROFESSORA IDOLETA MACIEL, com sede à Rua Dezenove, nº 05, Bairro Santo Antônio, Município de Montes Claros-MG;

II – CEMEI O BOM SAMARITANO, com sede à Rua Aluizio de Quadros, nº 86, Bairro Santa Lúcia, Município de Montes Claros - MG;

III – CEMEI PROFESSORA ANA LÚCIA MOTA, com sede à Rua Lagoa Comprida, nº 38, Bairro Monte Carmelo, Município de Montes Claros – MG;

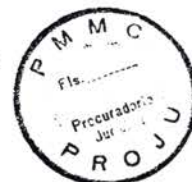
Art. 2º - Após a efetiva criação, competirá ao Município à manutenção, preservação coordenação, assistência e acompanhamento pedagógico do ensino aprendizagem ministrado nos centros de educação municipal a que faz referência esta lei, sendo ainda de sua competência a administração e a capacitação de professores, monitores, pedagogos e outros servidores que nelas exercerem atividade educacional.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Montes Claros, 17 de julho de 2009


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 104/2009 QUE “Altera o Artigo 1º e Acrescenta Parágrafo Único na Lei 4.114, de 15 de julho de 2009, e dá outras providências.”, de autoria do Poder Executivo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto sob comento tem por fim alterar parte da Lei 4.114/09 de iniciativa do próprio Poder Executivo.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto, tendo em vista que trata de assuntos de interesse local.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 26 de agosto de 2009.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros – MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 104/2009

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “Altera o artigo 1º, e acrescenta parágrafo único na Lei 4.114, de 15 de julho de 2009, e dá Outras Providências.”

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão em 25/08/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 27/06/2009.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, em estudo, altera o artigo 1º, e acrescenta parágrafo único na Lei 4.114, de 15 de julho de 2009, e dá Outras Providências.

Esta Comissão verifica que com a alteração proposta, a Administração Pública municipaliza o CEMEI Bom Samaritano, em vez de criá-lo como prevê a lei anterior.

Sendo assim, a referida proposição não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais e constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2009.

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: _____

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: _____